

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.256 - RJ (2020/0251330-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : DENISE TARDIN MONNERAT DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : RONALD MACHADO MARQUES DA SILVA - RJ037161**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVELREMESSA NECESSÁRIA DIREITO PREVIDENCIÁRIO AÇÃO ACIDENTÁRIA INSS INTERRUPTÃO DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIO PLEITO DE PAGAMENTO DE AUXÍLIO ACIDENTE A PARTIR DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA LAUDO PERICIAL QUE CONCLUI QUE A AUTORA FAZ JUS AO BENEFÍCIO SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARA CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO E AUXÍLIO ACIDENTE A PARTIR DA DATA DA CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO ANTERIORMENTE CONCEDIDO OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL INCONFORMISMO DA AUTARQUIA AO ARGUMENTO DE QUE DEVE SER RECONHECIDA A CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO NA DATA EM QUE A AUTORA OBTVEU A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO BENEFÍCIOS DE AUXÍLIO ACIDENTE E APOSENTADORIA QUE SÃO INACUMULÁVEIS (ART 86 DA LEI 821391) SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do enunciado n. 507 da Súmula do STJ, no que concerne à impossibilidade de o autor receber cumulativamente o auxílio-acidente com o benefícios da aposentadoria.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não é cabível o recurso especial por ofensa a enunciado de súmula dos tribunais.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 518 do STJ: “Para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em

# *Superior Tribunal de Justiça*

alegada violação de enunciado de súmula”.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.630.476/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 13/8/2020; AgInt no AREsp 1.630.025/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 14/8/2020; AREsp 1.655.146/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 7/8/2020; AgRg no REsp 1.868.900/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 3/6/2020; AgInt no REsp 1.743.359/MG, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/3/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente